



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI COMPLEMENTAR N° 32/2000

Que altera a Lei Complementar n° 14, de 05/09/94 e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu em seu nome, sanciono, a seguinte lei:

Art. 1° Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar de Passa Quatro, doravante denominado CAE-PQ, em caráter permanente e com natureza deliberativa, fiscalizadora e de assessoramento do Executivo Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Orgânica do Município, com observância das normas gerais emanadas da União e do Estado de Minas Gerais.

Art. 2° Compete ao CAE-PQ:

I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;

II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

III - receber, analisar e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE encaminhada pelo Poder Executivo Municipal, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Sem prejuízo de sua competência, o funcionamento, a forma e o quorum para as deliberações do CAE-PQ, bem como as suas demais competências e o procedimento e prazo para a apreciação da prestação de contas do PNAE serão definidas em seu regimento interno, segundo orientações do Conselho Deliberativo do FNDE.

Art. 3° O município de Passa Quatro apresentará prestação de contas do total dos recursos recebidos à conta do PNAD, que será constituída do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, conforme modelos e formulários expedidos pelo FNDE, acompanhado de cópia dos documentos que o CAE-PQ julgar necessário à comprovação da execução desses recursos.

§1° A prestação de contas do PNAD será feita ao CAE-PQ, no prazo estabelecido pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

§2° O CAE-PQ, no prazo estabelecido pelo Conselho Deliberativo do FNDE, analisará a prestação de contas e encaminhará ao FNDE apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos recursos repassados à conta do FNDE, com parecer conclusivo acerca da regularidade da aplicação dos recursos.

§3° Verificada a omissão na prestação de contas ou outra irregularidade grave, o CAE-PQ, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros, comunicará o fato, mediante ofício, ao FNDE, que, no exercício da supervisão que lhe compete, adotará as medidas pertinentes, instaurando, se necessário, a respectiva tomada de contas especial.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§4º A autoridade responsável pela prestação de contas, que inserir ou fizer inserir documentos ou declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita, com fim de alterar a verdade sobre o fato, será responsabilizada civil, penal e administrativamente.

§5º O município de Passa Quatro manterá em seus arquivos em boa guarda e organização, pelo prazo de cinco anos, contados da data de apresentação da prestação de contas, os documentos a que se refere o **caput** deste artigo, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos, ainda que a execução esteja a cargo das respectivas escolas, e estará obrigado a disponibilizá-los, sempre que solicitado, ao Tribunal de Contas da União – TCU, ao FNDE, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo da União e ao CAE-PQ.

Art. 4º O CAE-PQ será composto por:

I - um representante do Poder Executivo Municipal, indicado pelo Prefeito;

II - um representante do Poder Legislativo Municipal, indicado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal;

III - dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe, ou, quando inexistente, por escolha em assembléia de professores convocada para esta finalidade;

IV - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, ou, quando inexistentes, pela Associação de Pais e Mestres ou entidades similares;

V - um representante de outro segmento da sociedade civil da área da educação, indicado pelas entidades ou movimentos comunitários organizados na área da educação.

§1º A cada titular do CAE-PQ deverá ser indicado um suplente da mesma categoria.

§2º Cada conselheiro não deve ter vínculo, dependência ou comunhão de interesses com qualquer dos demais segmentos representados no CAE-PQ.

§3º Será considerada como existente, para fins de participação no CAE-PQ, a entidade regularmente organizada.

§4º Os órgãos e entidades referidos neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus representantes.

§5º Os membros e o Presidente do CAE-PQ terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§6º O exercício do mandato de membro do CAE-PQ não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 5º O CAE-PQ reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês.

§1º As sessões plenárias do CAE-PQ deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º As sessões plenárias do CAE-PQ instalar-se-ão com a presença da maioria absoluta de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos.

§3º Cada membro titular do CAE-PQ terá direito a um único voto na sessão plenária.

§4º As deliberações só terão eficácia se tomadas em sessão plenária.

Art. 6º Os cardápios dos programas de alimentação escolar, sob a responsabilidade do município de Passa Quatro, serão elaborados por nutricionista capacitado, com a participação do CAE-PQ, respeitados os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e a preferência por produtos básicos.

§1º Consideram-se produtos básicos os produtos semi-elaborados e os produtos **in natura**.

§2º O município de Passa Quatro utilizará, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos recursos do PNAE na aquisição de produtos básicos.

§3º Na aquisição de insumos, terão prioridade os produtos da região, visando à redução de custos.

Art. 7º A organização e funcionamento interno do CAE-PQ serão disciplinados no Regimento Interno, a ser aprovado e homologado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias) após a publicação desta lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 15 de agosto de 2000.

Dr. Acácio Mendes de Andrade  
Prefeito Municipal

Silvana Fernandes de Oliveira Ribeiro  
Sec. Mun. Administração